



HOSPITAL REGIONAL DE ASSIS

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
"CARVE-OUT"

EXERCÍCIO
DE
2025

ÍNDICE

Página(s)

Balanco Patrimonial	2
---------------------	---

Demonstração do Resultado do Exercício	3
--	---

Demonstrativo do Resultado Abrangente	4
---------------------------------------	---

Demonstração do Patrimônio Líquido	5
------------------------------------	---

Demonstração dos Fluxos de Caixa	6
----------------------------------	---

Notas Explicativas	7 à 20
--------------------	--------

BALANÇO PATRIMONIAL
DOS EXERCÍCIO FINDO EM
31 DE DEZEMBRO DE 2025
(em Reais)

ATIVO	Notas	2025
ATIVO CIRCULANTE		
Caixa e Equivalentes de Caixa	4	11.308.378,75
Adiantamentos a Fornecedores		3.182,00
Estoques	5	2.227.106,58
		13.538.667,33
ATIVO NÃO CIRCULANTE		
Imobilizado	6	5.696,96
		5.696,96
TOTAL DO ATIVO		13.544.364,29
PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		
PASSIVO CIRCULANTE		
Fornecedores		370.344,77
Obrigações Trabalhistas	7	1.068.282,47
Obrigações Sociais e Fiscais	8	265.401,79
Contas a Pagar	9	2.738,18
Provisões para Férias e Encargos	10	182.628,41
		1.889.395,62
PASSIVO NÃO CIRCULANTE		
Bens Públicos em nosso poder	11	5.696,96
		5.696,96
PATRIMÔNIO LÍQUIDO		
Superávit do Exercício		11.643.525,55
Transferências Patrimoniais		5.746,16
		11.649.271,71
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		13.544.364,29

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO
DO PERÍODO FINDO EM
31 DE DEZEMBRO DE 2025
(em Reais)

	Notas	2025
RECEITAS LÍQUIDAS	12	11.697.086,81
Contrato de Gestão	13	11.697.037,61
Realização de Bens Públicos em nosso poder		49,20
CUSTOS		(26.451.797,97)
Pessoal e Reflexos	15	(1.755.122,67)
Serviços Terceirizados	16	(378.939,32)
Medicamentos e Materiais de Consumo	17	(24.317.735,98)
Custo da CPP (Contr. Previdenciária Patronal)	23	(393.010,89)
(-) Imunidade da CPP Usufruída	23	393.010,89
(=) RESULTADO BRUTO		(14.754.711,16)
DESPESAS		(55.784,84)
Despesas Gerais	18	(55.784,84)
OUTRAS RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS		26.288.073,19
Outras Receitas	19	26.288.073,19
(=) RESULTADO ANTES DAS REC/DESP FINANCEIRAS		11.477.577,19
RESULTADO FINANCEIRO	14	165.948,36
Receitas Financeiras		167.440,51
Despesas Financeiras		(1.492,15)
SUPERÁVIT DO EXERCÍCIO		11.643.525,55

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE
PARA O EXERCÍCIO FINDO EM
31 DE DEZEMBRO DE 2025
(em Reais)

2025

(=) Superávit do exercício 11.643.525,55

TOTAL DO RES. ABRANGENTE DO EXERCÍCIO 11.643.525,55

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
PARA O EXERCÍCIO FINDO EM
31 DE DEZEMBRO DE 2025
(em Reais)

	Patrimônio Social	Superávit Acumulados	Transferências Patrimoniais	Patrimônio Líquido
Saldo em 15 de outubro de 2025	-	-	-	-
Transferências Patrimoniais	-	-	5.746,16	5.746,16
Superávit do Exercício	-	11.643.525,55	-	11.643.525,55
Saldo em 31 de dezembro de 2025	-	11.643.525,55	5.746,16	11.649.271,71

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA
DO PERÍODO FINDO EM
31 DE DEZEMBRO DE 2025
(em Reais)

	2025
ATIVIDADES OPERACIONAIS	
Superávit do Exercício	11.643.525,55
(Aumento) ou Redução do Ativo	
Adiantamentos a Fornecedores	(3.182,00)
Estoques	(2.227.106,58)
Aumento ou (Redução) do Passivo	
Fornecedores	370.344,77
Obrigações Trabalhistas	1.068.282,47
Obrigações Sociais e Fiscais	265.401,79
Provisões para Férias e Encargos	182.628,41
Outras Obrigações	2.738,18
Caixa Líquido gerado nas Atividades Operacionais	11.302.632,59
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	
Incorporação ao Patrimônio Líquido	5.746,16
Caixa Líquido consumindo nas Atividades de Financiamento	5.746,16
VARIAÇÃO LÍQUIDA NAS DISPONIBILIDADES	11.308.378,75
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	
Disponibilidade no início do Exercício	-
Disponibilidade no final do Exercício	11.308.378,75
VARIAÇÃO LÍQUIDA NAS DISPONIBILIDADES	11.308.378,75

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações contábeis.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS
DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025
(em Reais)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

O **Centro de Estudos e Pesquisas “Dr. João Amorim” – CEJAM** é uma entidade de direito privado, de caráter filantrópico, fundada em 1991. Seus Estatutos Sociais originais encontram-se devidamente registrados no 3º Registro de Títulos e Documentos da Comarca da Capital do Estado de São Paulo, sob o nº 454.301.

A entidade é registrada no Conselho Nacional de Assistência Social e é portadora do Certificado de Entidade de Fins Filantrópicos, concedido por esse mesmo órgão, por meio do processo nº 44.006.000636/98-17. O **CEJAM** foi declarado de Utilidade Pública nas esferas federal (Decreto Federal s/nº, publicado no DOU), estadual (Decreto Estadual nº 43.481/98) e municipal (Decreto Municipal nº 37.571/98), estando inscrito no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda sob o nº 66.518.267/0001-83.

O **CEJAM** celebrou com o **Estado de São Paulo**, por intermédio da **Secretaria de Estado da Saúde**, o **Contrato de Gestão**, decorrente do Processo SEI nº 024.00073766/2025-92, assinado em 15 de outubro de 2025, com a finalidade de operacionalizar a gestão e executar as ações e serviços de saúde no **Hospital Regional de Assis**.

O referido contrato tem por objeto a **operacionalização da gestão e execução e serviços de saúde na unidade hospitalar**, em conformidade com os anexos técnicos que integram o instrumento contratual, os quais estabelecem a descrição dos serviços, o sistema de pagamento e os indicadores de qualidade aplicáveis à unidade.

O **prazo de vigência** do contrato de gestão é de **05 (cinco) anos**, com início em **15 de outubro de 2025**, podendo ser ajustado por meio de termos aditivos conforme as necessidades operacionais e assistenciais da unidade.

Para a execução do objeto contratual, a Secretaria de Estado da Saúde, realizará o repasse de recursos financeiros ao CEJAM, destinados ao custeio das atividades assistenciais e administrativas do hospital, cujo **valor global estimado do contrato é de R\$ 484.543.012,34**, conforme previsto no instrumento contratual.

Do montante global previsto, o valor de **R\$ 11.697.037,61 corresponde ao custeio do período de outubro a dezembro de 2025**, enquanto para o exercício de **2026 está previsto o repasse de R\$ 93.704.336,88**, estando os valores dos exercícios subsequentes condicionados às respectivas previsões orçamentárias e à celebração de termos de aditamento.

Os recursos financeiros são transferidos à contratada na modalidade de **Contrato de Gestão**, vinculados às atividades assistenciais previstas no Anexo Técnico – Descrição de Serviços, e estão sujeitos ao acompanhamento e avaliação periódica pela Secretaria de Estado da Saúde, com base no cumprimento das metas e indicadores de produção pactuados.

No âmbito assistencial, a unidade desenvolve atividades hospitalares e ambulatoriais voltadas ao atendimento dos usuários do **Sistema Único de Saúde – SUS**, incluindo internações hospitalares clínicas e cirúrgicas, atendimento de urgência e emergência, atendimento ambulatorial em especialidades médicas e não médicas, bem como serviços de apoio diagnóstico e terapêutico, observada a capacidade instalada da unidade.

Adicionalmente, o hospital mantém **Programa de Residência Médica**, subordinado à Secretaria de Estado da Saúde, cabendo à Organização Social a manutenção das atividades do programa em conformidade com a legislação e as normas da Comissão Nacional de Residência Médica.

No exercício, foi celebrado o **Termo de Aditamento nº 01/2025**, que prevê o repasse adicional de **R\$ 60.000,00**, destinado ao custeio das atividades da unidade, com recursos vinculados à Portaria nº 48/2015, posteriormente incorporada pela Portaria nº 2.663/2019.

As ações e serviços executados no âmbito do contrato de gestão são integralmente destinados ao atendimento dos usuários do Sistema Único de Saúde – SUS, observados os princípios da universalidade, integralidade e gratuidade da assistência à saúde.

Reforma tributária do consumo (LC 214/2025)

Em 20 de dezembro de 2023, foi promulgada a Emenda Constitucional nº 132/2023, que instituiu a Reforma do Sistema de Tributação sobre o Consumo no Brasil, prevendo a substituição de tributos atualmente incidentes sobre o consumo, tais como PIS, COFINS, ICMS, ISS e IPI, pelos novos tributos Imposto sobre Bens e Serviços (IBS) e Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS), além do Imposto Seletivo (IS).

A referida Emenda manteve a imunidade constitucional aplicável ao patrimônio, à renda e às receitas vinculadas às finalidades essenciais das entidades sem fins lucrativos, incluindo as fundações, bem como a não incidência de IRPJ e CSLL sobre o eventual superávit apurado. Todavia, a imunidade não abrange, em regra, receitas decorrentes de atividades não relacionadas diretamente às finalidades essenciais da Entidade, as quais poderão estar sujeitas à incidência do IBS e da CBS, conforme a legislação aplicável.

A Lei Complementar nº 214/2025 regulamentou os novos tributos sobre o consumo, estabelecendo suas regras gerais de incidência, apuração e governança. Adicionalmente, a Lei Complementar nº 224/2025 dispôs sobre critérios para concessão e redução de incentivos e benefícios fiscais federais.

A transição para o novo sistema tributário ocorrerá de forma gradual entre os anos de 2026 e 2033. Considerando que o processo de implementação da Reforma Tributária ainda se encontra em andamento e depende de regulamentações complementares, a Administração segue acompanhando os desdobramentos normativos aplicáveis.

Diante do exposto e considerando a natureza jurídica e as atividades atualmente desenvolvidas pela Entidade, não foram identificados, até o momento, impactos mensuráveis decorrentes da Reforma Tributária nas demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025.

2. BASES DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

2.a) Declaração de conformidade:

As demonstrações financeiras “carve-out” da Entidade foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP) e ITG 2002 (R1).

Estas demonstrações financeiras “carve-out” contemplam apenas os bens, direitos, obrigações e o resultado das operações do **Hospital Regional de Assis**, gerido pelo **CEJAM**, os quais são controlados e operados por meio de centros de custos do CEJAM. Dessa forma, as demonstrações financeiras “carve-out” podem não ser um indicativo da posição e performance financeira e dos fluxos de caixa que poderiam ser obtidos se o **Hospital Regional de Assis** tivesse operado como uma única entidade independente.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras “carve-out”, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem àquelas utilizadas pela administração da Entidade na sua gestão.

2.b) Base de mensuração:

As demonstrações contábeis foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos instrumentos financeiros não derivativos mensurados pelo valor justo por meio do resultado.

2.c) Moeda funcional e moeda de apresentação:

Essas demonstrações contábeis estão apresentadas em reais, que é a moeda funcional da entidade. Todas as informações financeiras apresentadas em Real foram mantidas em números inteiros.

2.d) Uso de estimativas e julgamentos:

A preparação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil exige que a administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados.

As estimativas podem vir a divergir para com o resultado real. As principais estimativas se referem a:

- Vida útil do ativo imobilizado.
- Provisões em geral.

Não houve mudanças significativas nas estimativas do período em relação àquelas que vinham sendo aplicadas.

3. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

As políticas contábeis materiais descritas em detalhes abaixo foram aplicadas de maneira consistente a estas primeiras demonstrações financeiras carve-out da Entidade e continuarão sendo adotadas continuamente a partir dos exercícios iniciados em 1º de janeiro de 2025.

3.a) Instrumentos financeiros:

- **Ativos financeiros não derivativos:** a entidade reconhece os recebíveis e depósitos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a entidade se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento. A entidade tem seus ativos e passivos financeiros não derivativos registrados pelo valor justo por meio do resultado.
- **Caixa e equivalentes de caixa:** abrangem saldos de caixa e investimentos financeiros com vencimento original de três meses ou menos a partir da data da contratação, os quais são sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor, e são utilizadas na gestão das obrigações de curto prazo. Os recursos vinculados representam os saldos de bancos conta movimento e aplicações financeiras que possuem utilização restrita e somente poderão ser utilizados para fazer frente às

obrigações do Contrato de Gestão, dos seus termos aditivos e outros ajustes que lhe darão origem.

- **Reconhecimento e mensuração inicial:** A Entidade reconhece os recebíveis e depósitos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Entidade se torna parte das disposições contratuais do instrumento.

Um ativo financeiro (a menos que sejam contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao custo amortizado, os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão.

- **Classificação e mensuração subsequente:** No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado; ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA) - instrumento de dívida; ao VJORA - instrumento patrimonial; ou ao VJR. No exercício de 2025, a Entidade não possuía nenhum instrumento financeiro classificado como VJORA - instrumento de dívida ou VJORA - instrumento patrimonial.

Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Entidade mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR.

É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais;

Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado, conforme descrito acima, são classificados como ao VJR.

Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado (VJR).

Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros é reconhecido no resultado.

- **Custo amortizado:** Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por impairment. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais (quando houver) e o impairment são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado. Os recebíveis abrangem o caixa e equivalentes de caixa, contas a receber do Contrato de Gestão e Operacionalização e outros créditos.
- **Passivos financeiros:** Classificação, mensuração subsequente e ganhos e perdas. Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJR. Um passivo financeiro é classificado como VJR caso for classificado como mantido para negociação. Passivos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente

mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. As despesas de juros são reconhecidas no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado.

A Entidade tem os seguintes passivos financeiros não derivativos: fornecedores e outras contas a pagar.

- **Compensação:** Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido entre eles é apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Entidade tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de realizá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.
- **Instrumentos financeiros derivativos:** A Entidade não possuía, em 31 de dezembro de 2025, nenhuma operação com instrumentos financeiros derivativos, incluindo operações de hedge.

3.b) Estoques:

Os estoques, relacionados, substancialmente, a material médico hospitalar, drogas e medicamentos e materiais de limpeza são mensurados pelo menor valor entre o custo e o valor realizável líquido. O custo dos estoques é baseado no princípio de custo médio e inclui gastos incorridos na aquisição e outros custos incorridos em trazê-los às suas localizações e condições existentes. O valor realizável líquido é o preço estimado de venda no curso normal dos negócios, deduzido dos custos e despesas.

3.c) Imobilizado (quando aplicável):

- **Reconhecimento e mensuração:** itens do imobilizado, são mensurados pelo custo histórico de aquisição, deduzido de depreciação acumulada. O custo inclui gastos que

são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. As aquisições com recursos públicos são registradas no ativo imobilizado, e os valores correspondentes às aquisições transferidos para o passivo não circulante, na conta de reserva de capital "bens públicos em nosso poder" e nela mantidos por tratar-se de itens reversíveis, vinculados à prestação dos serviços utilizados pela contratada, necessários à prestação do serviço público, que deverão reverter ao poder concedente quando do término da gestão, a menos que tenham sido naturalmente substituídos por outros, em decorrência da evolução tecnológica ou outros fatores específicos.

- **Depreciação:** a depreciação é contabilizada normalmente no ativo imobilizado. Em se tratando de bens de gestão pública, é contabilizada em contrapartida ao passivo não circulante, para amortizar o valor do custo do ativo, conforme a vida útil-econômica dos bens revisada pela entidade. A administração, com base em seu registro consolidado, que compreende histórico de exercício anterior à este Contrato de Gestão, não detectou alterações relevantes, mantendo as taxas definidas em 2023. As vidas úteis estimadas para o exercício corrente e comparativo são as seguintes:
 - Máquinas e equipamentos: 10 anos;
 - Equipamentos de uso médico: 10 anos;
 - Equipamentos de informática: 5 anos;
 - Móveis e utensílios: 10 anos;
 - Veículos: 5 anos.

3.d) Intangível (quando aplicável):

- **Reconhecimento, mensuração e amortização:** o ativo intangível de vida útil definida é composto pelo direito de uso de programas de computador (software), que são amortizados usando-se método linear à taxa de 20% a.a.

3.e) Redução ao valor recuperável (impairment):

- **Ativos financeiros (incluindo recebíveis):** um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de uma maneira confiável. A administração da entidade não identificou qualquer evidência que justificasse a necessidade de provisão.

3.f) Passivo circulante e não circulante (quando aplicável):

Os passivos circulantes e não circulantes são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias incorridas até a data do balanço patrimonial. Uma provisão é reconhecida em função de um evento passado, se a entidade tem uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

Subvenções governamentais

Os valores recebidos e empregados dos Contratos de Gestão firmados com a Secretaria de Estado da Saúde de São Paulo são registrados em conformidade com a NBC TG 1000 (R1) Seção 24 Subvenção Governamental, da seguinte forma:

Subvenção para custeio - Reconhecida como receita do exercício para fazer face às despesas incorridas.

Subvenção para investimentos – relacionada a ativos, incluindo ativos não monetários, deve ser apresentada no balanço patrimonial em conta de passivo, como Recursos Governamentais a Realizar.

3.g) Patrimônio líquido:

Representa o patrimônio inicial da entidade, acrescido ou reduzido dos superávits ou déficits apurados anualmente desde a data de sua constituição e são empregados integralmente nos objetivos sociais da entidade conforme divulgado na Nota Explicativa nº 1.

3.h) Receitas:

As receitas da entidade são apuradas através de recebimentos comprovados por Contrato de Gestão, eventualmente, quando ocorrer doações de pessoas físicas e entidades privadas. As aquisições de imobilizado com recursos públicos são registradas na conta redutora da receita, denominada “(-) Repasse destinado à aquisição de imobilizado”, e os valores correspondentes às aquisições transferidos para o passivo não circulante, na conta de “bens públicos em nosso poder” e nela mantidos por tratar-se de itens reversíveis, vinculados à prestação dos serviços utilizados pela contratada, necessários à prestação do serviço público, que deverão reverter ao poder concedente quando do término da gestão, a menos que tenham sido naturalmente substituídos por outros, em decorrência da evolução tecnológica ou outros fatores específicos.

3.i) Despesas:

As despesas contabilizadas pelo regime de competência da entidade são comprovadas através de notas fiscais e recibos em conformidade com as exigências legais e fiscais.

3.j) Receitas financeiras e despesas financeiras:

As receitas financeiras abrangem receitas de juros aplicações financeiras. A receita de juros é reconhecida no resultado, através do método dos juros efetivos. As despesas financeiras abrangem despesas bancárias e demais encargos financeiros.

3.k) Apuração do resultado:

O reconhecimento das receitas e despesas é efetuado em conformidade com o regime contábil de competência de exercício. A receita de serviços prestados é reconhecida no resultado em função da sua realização. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa na sua realização.

3.l) Pronunciamentos novos ou revisados e aplicados pela primeira vez em 2025

As normas e interpretações que se aplicam pela primeira vez em 2025, não apresentam impactos nas demonstrações contábeis da Entidade. A entidade não irá adotar antecipadamente nenhuma outra norma, interpretação ou alteração que tenham sido emitidas, mas ainda não vigentes.

Em relação aos pronunciamentos novos, a serem implementados nos anos subsequentes, não é esperado que tenham um impacto significativo nas demonstrações contábeis da Entidade.

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	2025
BANCOS – APLICAÇÕES FINANCEIRAS	
Banco do Brasil S.A.	11.308.378,75
	11.308.378,75

A Entidade mantém a parcela disponível do superávit dos exercícios aplicada em investimentos financeiros, enquanto não é reinvestida em atividades relacionadas ao seu objeto social, conforme descrito na Nota Explicativa nº 1. As aplicações financeiras não estão sujeitas à incidência de impostos, uma vez que a Entidade goza de isenção

de tributos federais. Os investimentos, de liquidez imediata, são realizados junto a instituições financeiras de primeira linha, e sua rentabilidade está, em geral, atrelada ao Certificado de Depósito Interfinanceiro (CDI).

5. ESTOQUES

	2025
Dietas Parenterais	3.040,00
Nutrição Enteral	37.434,99
Materiais de Laboratório	973,80
Medicamentos	1.464.122,39
Materiais Médico-Hospitalares	523.935,09
OPME	9.750,00
Materiais de Expediente	49.360,60
Materiais de Manutenção	14.326,70
Materiais de Informática	3.190,78
Materiais de Limpeza e Descartáveis	88.737,93
Materiais de EPI e EPC	1.234,40
Materiais Cirúrgicos	359,20
Materiais de Higiene	16.887,50
Gêneros Alimentícios	2.763,28
Utensílios de Copa	489,60
Peças e Acessórios	10.451,31
Uniformes e Rouparias	29,01
SND	20,00
	2.227.106,58

Os estoques são compostos por medicamentos e materiais de consumo utilizados nas atividades assistenciais da Unidade e, considerando o início das operações em 15 de outubro de 2025, passou a operar com estoque previamente existente, disponibilizado para viabilizar a imediata prestação dos atendimentos. O saldo final corresponde aos itens remanescentes na data-base, avaliados pelo custo médio de aquisição, sendo o controle realizado por meio de sistema informatizado, com registros permanentes de entradas e saídas, permitindo o adequado acompanhamento dos saldos por tipo de material.

6. IMOBILIZADO

IMOBILIZADO DE GESTÃO PÚBLICA	TAXA	SALDO EM 2024	ADIÇÃO	DEPRECIACÃO	SALDO EM 2025
Móveis e Utensílios	10%	0,00	6.104,00	(407,04)	5.696,96
					5.696,96

Conforme estabelecido no Contrato de Gestão firmado entre o CEJAM e o Estado, todos os bens patrimoniais adquiridos com recursos públicos vinculados ao referido Contrato de

Gestão são considerados bens públicos, destinados exclusivamente às atividades pactuadas, permanecendo como propriedade do Estado de São Paulo. Embora estejam sob a administração do CEJAM durante a execução do Contrato de Gestão, esses bens estão sujeitos às normas de controle, guarda e devolução previstas na legislação aplicável à administração pública.

7. OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS

	2025
Salários a Pagar	1.068.282,47
	1.068.282,47

As obrigações trabalhistas representam os compromissos da Entidade relacionados às remunerações devidas aos colaboradores em decorrência das relações de trabalho vigentes até a data-base das demonstrações financeiras. Tais obrigações serão devidamente quitadas dentro dos prazos legais e aplicáveis.

8. OBRIGAÇÕES SOCIAIS E FISCAIS

	2025
INSS sobre Salários a Recolher	100.485,35
FGTS a Recolher	105.710,71
IRRF sobre Salários a Recolher	42.255,68
IRRF sobre Pessoas Jurídicas a Recolher	3.837,45
CSRF sobre Pessoas Jurídicas a Recolher	13.105,10
ISS sobre Pessoas Jurídicas a Recolher	7,50
	265.401,79

As obrigações sociais e fiscais registradas referem-se a encargos retidos ou devidos pela Entidade na data-base das demonstrações financeiras. Esses valores serão recolhidos conforme seus respectivos prazos legais de vencimento, em conformidade com a legislação vigente.

9. CONTAS A PAGAR

	2025
Consignações Vinculadas a Folha a Pagar Sabesp	2.562,30
	175,88
	2.738,18

As contas a pagar referem-se a obrigações assumidas pela Entidade junto a concessionárias de serviços públicos e valores consignados em folha de pagamento, reconhecidas em conformidade com o regime de competência. Tais obrigações são registradas pelos valores conhecidos ou estimados na data-base das demonstrações financeiras e serão liquidadas nos respectivos prazos de vencimento.

10. PROVISÕES PARA FÉRIAS E ENCARGOS

	2025
Provisão para Férias	169.101,52
Provisão para FGTS sobre Férias	13.526,89
	182.628,41

A provisão para férias e os encargos sobre férias representam os valores estimados para cobrir as férias devidas aos colaboradores e o correspondente FGTS. Essas provisões são ajustadas mensalmente para refletir as obrigações trabalhistas da entidade.

11. BENS PÚBLICOS EM NOSSO PODER

A rubrica "**Bens públicos em nosso poder**", no montante de R\$ 5.696,96 em 2025, refere-se aos valores recebidos do Estado de São Paulo para a aquisição de ativos imobilizados ou intangíveis, os quais deverão ser devolvidos ao Estado ao término do Contrato de Gestão. O valor desse ativo está demonstrado pelo custo de aquisição, deduzido da depreciação acumulada, que, simultaneamente, representa o valor do ativo imobilizado registrado nas demonstrações financeiras.

12. RECEITAS OPERACIONAIS LÍQUIDAS

A receita corresponde ao valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela prestação de serviços no curso normal das atividades da Entidade. Ela é apresentada líquida de abatimentos, glosas e descontos. A adoção inicial não impactou o reconhecimento inicial, a mensuração ou a apresentação das receitas, uma vez que já estavam em conformidade com os novos requisitos. Essencialmente, essa norma estabelece que as receitas sejam reconhecidas quando o cliente obtém o controle sobre o bem ou serviço. No contexto das atividades de saúde, incluindo serviços hospitalares, gestão e promoção em saúde, seja em unidades próprias ou públicas, o reconhecimento da receita acontecia anteriormente no momento em que o paciente recebia o serviço.

13. RECEITA COM CONTRATO DE GESTÃO

	2025
Contrato de Gestão	11.697.037,61
	11.697.037,61

A receita registrada sob o Contrato de Gestão refere-se aos repasses realizados conforme as condições e cronograma acordados entre as partes envolvidas. O valor registrado obedece ao regime de competência, refletindo os repasses realizados para a execução das atividades previstas no Contrato de Gestão durante o exercício. Esta receita está sujeita a ajustes conforme as cláusulas do Contrato de Gestão e os repasses efetivos durante o período de vigência.

14. RECEITAS E DESPESAS FINANCEIRAS

	2025
Rendimentos de Aplicações Financeiras	167.440,51
(-) Tarifas Bancárias	(1.333,27)
(-) Juros e Mora de Fornecedores	(158,88)
	165.948,36

As **Receitas Financeiras** são compostas basicamente pelos rendimentos de aplicações financeiras, que refletem a gestão dos recursos disponíveis. As **Despesas Financeiras**,

por sua vez, incluem os custos relacionados às operações financeiras. O saldo final reflete a diferença entre as receitas e as despesas financeiras. Quando positivo, esse resultado contribui para o desempenho financeiro do Contrato de Gestão no período.

15. PESSOAL E REFLEXOS

	2025
Remunerações	1.558.996,43
Benefícios	69.550,43
Contribuições para o FGTS	126.575,81
	1.755.122,67

As despesas com **Remunerações** incluem os valores relativos aos ordenados, 13º salário, férias, verbas rescisórias e demais reflexos trabalhistas, conforme as obrigações legais da Entidade. Os **Benefícios** englobam as despesas com auxílio creche, vale transporte, cesta básica e outros benefícios aplicáveis, conforme o contrato de trabalho e as normas internas da Entidade.

16. SERVIÇOS TERCEIRIZADOS

	2025
Serviços Assistenciais – Pessoas Jurídicas	181.491,49
Serviços Diversos – Pessoas Jurídicas	197.447,83
	378.939,32

Os **Serviços Terceirizados** contemplam os valores relacionados aos serviços prestados por pessoas jurídicas e, quando aplicáveis, por pessoas físicas contratadas pela Entidade. No caso dos **Serviços Assistenciais**, entende-se os contratos firmados com empresas especializadas para a execução de serviços médicos-assistenciais, os quais visam atender diretamente à missão do Contrato de Gestão, proporcionando o suporte necessário à população atendida. Já os **Serviços Diversos** referem-se aos contratos com prestadores de serviços que não se enquadram nas atividades assistenciais, mas são essenciais para o funcionamento da entidade, como serviços de manutenção, segurança, limpeza, entre outros.

17. MEDICAMENTOS E MATERIAIS DE CONSUMO

	2025
Medicamentos e Materiais de Uso Médico	24.283.317,24
Materiais de Consumo	33.349,33
Materiais de Conservação	1.069,41
	24.317.735,98

A rubrica **Medicamentos e Materiais de Consumo** abrange os gastos com itens essenciais para o atendimento assistencial da Entidade, incluindo medicamentos, materiais médicos, de consumo e de conservação. Esses insumos são fundamentais para a execução das atividades diárias, assegurando a continuidade e a qualidade dos serviços prestados. Adicionalmente, no exercício de 2025, o montante registrado foi impactado pelo reconhecimento de estoques iniciais de medicamentos e materiais de consumo no início das atividades da unidade, cujos efeitos foram apropriados ao resultado ao longo do exercício, com correspondente registro na rubrica de Outras Receitas, conforme Nota Explicativa 19.

18. DESPESAS GERAIS

	2025
Contas de Consumo	22.478,07
Aluguéis	260,00
Administrativas	27.251,41
Amortizações e Depreciações	49,20

Outras Despesas Gerais	5.746,16
	55.784,84

As **Despesas Gerais** referem-se aos gastos relacionados à manutenção das atividades operacionais da entidade, distribuídas em diferentes categorias. **Contas de Consumo** abrangem os custos relacionados ao consumo de serviços como energia elétrica, água e telecomunicações; **Aluguéis** referem-se aos pagamentos realizados pela locação de equipamentos, aparelhos e materiais hospitalares, utilizados nas operações do contrato; **Despesas Administrativas** incluem os custos associados à operação administrativa; **Bens Não Imobilizados**, quando aplicável, englobam as aquisições de bens que não são reconhecidos no ativo imobilizado, mas que são necessários para as atividades cotidianas da entidade; **Amortizações e Depreciações** relacionam-se à perda de valor dos ativos intangíveis e tangíveis ao longo do tempo; e, por fim, **Outras Despesas Gerais** incluem outros custos diversos que não se enquadram nas categorias acima, mas que são essenciais para o funcionamento geral da entidade.

19. OUTRAS RECEITAS

	2025
Recuperação de Despesas com Materiais	24.288.073,19
	24.288.073,19

As **Outras Receitas** são compostas, substancialmente, pelo reconhecimento contábil do estoque inicial existente na Unidade quando do início das operações, mantendo correlação direta com os valores registrados na rubrica de medicamentos e materiais de consumo (Nota Explicativa 17). No exercício de 2025, o montante reconhecido foi influenciado pelo registro do saldo inicial desses estoques, contabilizado em contrapartida à rubrica de recuperação de despesas, não representando ingresso financeiro, tratando-se de efeito

de caráter específico e não recorrente, que não reflete a movimentação operacional regular da Unidade ao longo do exercício.

20. COBERTURAS DE SEGUROS

A Entidade mantém apólices de seguros contratadas com o objetivo de proteger os bens sujeitos a riscos, em valores considerados adequados para cobrir eventuais sinistros, de acordo com a natureza de suas atividades. As premissas adotadas para definição dessas coberturas não integram o escopo dos trabalhos de auditoria das demonstrações contábeis e, portanto, não foram objeto de exame pelos auditores independentes.

21. ATENDIMENTO À LEGISLAÇÃO DAS ENTIDADES DE FINS FILANTRÓPICOS

A Entidade vem atendendo aos requisitos estabelecidos pela legislação vigente e demais regulamentações aplicáveis à sua área de atuação. Tendo como preponderância a área da Saúde, são encaminhados regularmente relatórios ao Ministério da Saúde (MS) para fins de

acompanhamento e fiscalização, sem prejuízo das competências atribuídas aos órgãos de fiscalização tributária.

Tais relatórios são acompanhados pelas demonstrações contábeis e financeiras da Entidade, submetidas à auditoria independente, com parecer conclusivo emitido por instituição devidamente credenciada junto ao Conselho Regional de Contabilidade (CRC).

A renovação do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social (CEBAS), emitido pelo Poder Público, é condição necessária para a manutenção dos benefícios de isenção concedidos nas esferas federal, estadual e municipal, bem como para a continuidade dos convênios firmados com esses entes.

22. CERTIFICADO BENEFICENTE DE ASSISTÊNCIA SOCIAL (CEBAS)

Em 24 de março de 2023, através da Portaria nº 274, publicada no Diário Oficial da União, Edição 60, Seção 1, Pág. 87, em consideração a Nota Técnica nº 201/2023-CGCER/DCEBAS/SAES/MS, constante do Processo nº 25000.167752/2021-13, foi concedida ao CEJAM a renovação do CEBAS, com validade pelo período de 30 de novembro de 2021 a 29 de novembro de 2024.

Atendendo à legislação e demais regulamentações vigentes, a Entidade protocolou tempestivamente seu requerimento de renovação junto ao Ministério da Saúde sob o nº 25000.150614/2024-48, em 07/10/2024, o qual permanece em análise.

Até o momento, o processo de renovação não foi concluído. No entanto, a Entidade está amparada pelo disposto no art. 14 do Decreto nº 11.791/2023, que estabelece:

"Art. 14. A certificação da entidade permanece válida até a data da decisão administrativa definitiva sobre o requerimento de renovação apresentado tempestivamente."

A Administração do CEJAM e seus Assessores entendem que todos os procedimentos obrigatórios foram cumpridos de acordo com a legislação vigente e dentro dos prazos legais, garantindo o deferimento do pedido de renovação do CEBAS. Dessa forma, consideram legítimo o benefício da Isenção Previdenciária Usufruída.

23. ISENÇÕES PREVIDENCIÁRIAS (QUOTA PATRONAL)

A entidade é imune as Contribuições para a Seguridade Social com base na Lei nº 8.212/1991. A entidade, a título de demonstração, vem evidenciando as contribuições sociais usufruídas. Esses valores anuais equivalem à imunidade alcançada nas contribuições previdenciárias do INSS (quota patronal).

A imunidade das contribuições sociais usufruídas no ano de 2025 foi de R\$ 393.010,89 e está registrada em conta própria de "Compensação da Imunidade Patronal Previdenciária", no grupo de despesas, da seguinte forma:

IMUNIDADE DAS CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS	2025
Cota Patronal INSS sobre a Folha de Pagamento	393.010,89
(-) Imunidade Usufruída	
(-) Cota Patronal INSS sobre a Folha de Pagamento	(393.010,89)
	0,00

24. TRIBUTOS E CONTRIBUIÇÕES (RENÚNCIA FISCAL)

Imposto de renda e contribuição social: em virtude de ser uma entidade sem fins lucrativos, a entidade goza do benefício de isenção do pagamento dos tributos federais incidentes sobre o resultado, de acordo com o Decreto nº 76.186 de 02/09/75, artigos 167 a 174 do Regulamento do Imposto de Renda (RIR), aprovado pelo Decreto nº 3.000 de 26/03/99 e artigo 195 da Constituição Federal.

PIS: por ser uma entidade filantrópica, é isenta do pagamento do PIS incidente sobre as receitas de suas atividades próprias, bem como o calculado sobre a folha de salários.

COFINS: por ser uma entidade filantrópica, é isenta do pagamento da COFINS incidente sobre as receitas relativas às suas atividades próprias, de acordo com as Leis nº 9.718/98 e 10.833/03.

Isenção previdenciária usufruída: para atender aos requisitos da legislação pertinente, a entidade registra em contas de resultado os valores relativos às isenções previdenciárias gozadas.

25. EVENTOS SUBSEQUENTES

Não foram identificados eventos subsequentes às demonstrações contábeis "carve-out" de 31 de dezembro de 2025.

Assis (SP), 31 de dezembro de 2025.

Beatriz de Souza Dias

Gerente Administrativa

Alexandre Papi

Contador
CRC nº 1SP130223/O-3